

Apresentação do livro “Commanding at sea”

1. Introdução

É, para mim, um prazer e uma honra apresentar, nesta oportunidade, o livro “Commanding at sea”, isto é, a versão inglesa do livro “Comandar no mar”, com alguns ajustamentos, designadamente com o interessante depoimento do Capitão Fernando Esteves (intitulado de “Commanding Tankers”) e com a contribuição “The Skipper of a Recreational Boat” do Comandante João da Costa Lopes.

Na Nota do Editor, da autoria do Vice-Almirante Alexandre Fonseca, afirma-se que a relevância do líder e de um bom exercício da liderança tem por base dois simples princípios, a saber, “pensar em antecipação” e “sentir a guarnição”.

O tema central do sobredito livro tem que ver com o exercício das funções de Comandante no Mar, tendo sido recolhido o testemunho de antigos comandantes dos mais diversos tipos de navios, desde os de guerra aos da marinha mercante, passando por recreativos ou de cruzeiro.

Na Edição portuguesa, o Professor João Carlos Espada, que foi meu aluno na Universidade Nova de Lisboa, pessoa que muito prezo, salienta a indispensabilidade de uma grande força de carácter por quem exerce a liderança. Mas, também refere a importância da educação e da ética, criticando – e bem – o “hiper-relativismo” e suscitando a questão dos “padrões comportamentais” e da sua relevância no conjunto de valores civilizacionais.

O meu bom amigo, Temes de Oliveira, refere a dimensão holística e, por isso mesmo, pluridisciplinar da liderança.

Seguem-se dois importantes depoimentos, do Almirante Nuno Vieira Matias (que fala na missão de cumprir) e do Contra-Almirante Rodrigues Gaspar (que sublinha a complexidade do exercício da liderança num ambiente “opaco”, no qual “o único tipo de energia utilizável, com alguma eficiência, é a energia sonora”).

O Contra-Almirante Rodrigues Gaspar cita Cícero, o qual afirmava “que quanto maiores são as dificuldades, maior será a satisfação do ser humano”.

Num registo diferente, o Comandante Amadeu Albuquerque fala-nos da situação “a bordo de um navio de cruzeiros”, lembrando a importância da dimensão multi-cultural do Comandante que lhe permite ter uma perspectiva, simultaneamente, global e particularizante dos problemas com que se confronta a comunidade internacional.

O Almirante Mendes Calado, no seu texto intitulado de “Treino e Avaliação geram competência”, refere a “liderança pelo exemplo”, a qual deveria procurar incutir atitudes de referência que venham a ser um modelo inspirador para o grupo, assentando numa cultura de rigor e de competência.

Mais adiante, o Capitão António Marques da Silva apresenta um interessante depoimento sobre os veleiros de pesca de bacalhau e a Comandante Carla Galveias Muralha – a contribuição feminina que se exigia – contribui com um importante texto no qual sublinha que o que mais marcou a sua actividade “foi a percepção da responsabilidade pelas vidas dos tripulantes”, vidas essas que não têm preço.

Mudando, novamente, de “área de intervenção”, o Engenheiro Melo Franco fala-nos de uma lancha de fiscalização em Cabinda, sublinhando algo que explica a dimensão universalista da nossa Marinha ao relembrar a natureza pluri-continental do Estado português, até 1974, o que terá motivado um papel muito activo para a Marinha portuguesa, “cujas missões se estendiam por um espaço geográfico muito vasto e dotado de uma importante e extensa fronteira marítima, para além de uma extensa rede fluvial navegável”.

Já o Vice-Almirante João Manuel Pires Neves, no seu texto “Do Comando de uma LDG ao comando de uma corveta” cita – e bem – o Almirante Botelho de Sousa, o qual afirmou que “o comando não se ensina como a História, a Geografia ou as Matemáticas”. “É uma faculdade moral que existe em certo grau em alguns, que falta noutros, que pode desenvolver-se no próprio indivíduo por uma educação voluntária, à força de persistência, sob a pressão do sentimento do dever”.

O mesmo autor aproveitou para relembrar que o Professor Francisco Leite Pinto que, ainda muito jovem, tive a oportunidade de conhecer – uma vez que era muito amigo de meus Pais –, que, numa Conferência proferida em 1964, terá dito que “o Chefe é, antes de mais, servidor de um ideal e como tal não pode pôr em causa os valores da cultura que o norteiam”.

O Vice-Almirante Pires Neves adianta, ainda, a tendência existente para “avaliar uma chefia em função do carácter, da inteligência e da dedicação, havendo, também, a considerar como atributos fundamentais o auto-domínio, a confiança que se transmite, o sentido de justiça, a dignidade com que se exerce a função e a solicitude na relação com os subalternos”.

O Vice-Almirante José Conde Baguinho contribui com um texto em que salienta o papel desempenhado pela Marinha portuguesa na mediação do conflito ocorrido na Guiné-Bissau na segunda metade da década de 90 e o Vice-Almirante José Domingos Pereira Cunha procurou analisar as diferentes modalidades de intervenção da nossa Marinha em organizações de âmbito internacional, concluindo, com sabedoria, que “a cultura da Marinha portuguesa é NATO, a qual proporciona uma plataforma de intervenção eficaz e permanentemente disponível”.

Por outro lado, o Eng^o Pires de Lima, no seu texto “A Reserva Naval a Comandar” afirma que “é dever prioritário do Comandante zelar pela vida dos seus homens e sua obrigação e preocupação ser reconhecido como alguém a quem é confiada a autoridade para o exercício do mando”.

Numa perspectiva, até certo ponto, original, o Contra-Almirante José Luís Branco Seabra Melo aborda a experiência vivida ao comando de um navio hidrográfico, salientando que o comando só é solitário na hora da decisão e chamando a atenção para o facto de o líder dever dispor não apenas de competência e de motivação, como também de uma boa comunicação.

O Almirante José Castanho Paes remata o livro com um depoimento sobre o “Navio-Escola Sagres”, realçando o importante papel que o mesmo tem desempenhado em actividades de representação da Marinha portuguesa nos portos e em termos de contactos com as Comunidades portuguesas.

2. Da relevância do Mar

Senti-me na obrigação de tecer algumas considerações sobre o conteúdo do livro objecto desta apresentação, na justa medida em que jamais cedi à tentação, sempre que apresento a obra de alguém, de produzir prova de que procedi à sua leitura.

Mas, não resisto a fazer, ainda, algumas considerações gerais sobre a relevância do livro “Commanding at Sea”.

O livro chama, também, a atenção para a relevância do Mar para a evolução da situação económica, política e social da comunidade internacional.

Muito particularmente, a publicação desta obra convida-nos a pensar sobre a importância estratégica do Mar para Portugal.

Para compreendermos a verdadeira dimensão desta problemática apresenta-se útil considerar os “cenários” alternativos de evolução da economia mundial, a saber:

- o da liderança da economia mundial por parte das Novas Economias Emergentes (que alguns autores preferem designar de New-NIC's e que eu prefiro chamar de “Intermediate Countries”, com destaque para a China e para a Índia);

- o do reforço da hegemonia dos EUA;

- o de um eventual (e não muito provável) aumento do peso relativo da economia europeia, por contraposição ao projecto das “jangadas de sobrevivência”, que poria em causa o eixo euro-atlântico, enquanto alicerce fundamental do Ocidente;

- o do regresso generalizado às políticas protecionistas;

- e, finalmente, o da criação de um novo sistema de poderes arquipelágico, mas com manutenção da hegemonia de um paradigma Ocidental, no que concerne ao sistema de valores e ao modelo político de organização das sociedades .

Não me encontro entre os que consideram inexorável a futura hegemonia das Novas Economias Emergentes: em primeiro lugar, porque se procedermos a uma análise segmentada da oferta de mão-de-obra concluímos que a oferta de mão-de-obra qualificada não se apresenta ilimitada, o que, aliás, explica os aumentos dos salários reais verificados na China de 8-9% ao ano, de há mais de uma década para cá, o que poderá levar, a longo prazo, à perda de vantagens competitivas pelo lado dos custos; em segundo lugar, dada a dependência dessas economias do investimento alógeno americano e japonês; em terceiro lugar, porque as reservas líquidas cambiais acumuladas das ditas economias se encontram, em larga medida, expressas em dólares, o que resulta numa grande dependência da economia americana; em quarto

lugar, porque existe um efeito demonstração – imitação social que levará os nacionais dos referidos países a ambicionar dispor, a longo prazo, do padrão de vida ocidental, com os efeitos indutores daí decorrentes em termos de ulteriores acréscimos dos custos marginais de produção.

Por outro lado, muito embora a economia americana apresente um grande dinamismo, com uma elevada mobilidade social e com a introdução de progresso tecnológico em sectores nucleares (vide shale gas e shale oil), importa reconhecer que se encontra confrontada com múltiplos desafios, desde o populismo e a instabilidade na América Latina à liderança da luta contra as novas formas de terrorismo, passando pela ameaça Russa na Europa (e Russa e Chinesa no Atlântico) e continuando com a emergência de uma tentação protecionista a nível interno.

Simultaneamente, a Europa atravessa uma situação, particularmente, difícil, tendo que optar entre um certo aprofundamento da União Económica e Monetária e os sucessivos alargamentos, os quais se apresentam dificilmente conciliáveis com a consolidação do processo integracionista. Para além, do ressurgimento de movimentos populistas e euro-cépticos que, reforçam, objectivamente, os interesses da Rússia na Europa.

Dificilmente poderá ocorrer um reforço do peso relativo da Europa no Mundo, muito embora seja previsível que o conjunto EUA-EU, mesmo em 2050, apresente um PIB_{pc} médio superior ao dobro do PIB_{pc} médio do conjunto China – União Indiana.

É preciso, portanto, em qualquer caso, continuar a apostar no eixo euro-atlântico como alicerce fundamental da defesa dos interesses ocidentais, não fazendo sentido contrapor a este paradigma um projecto de “jangadas de sobrevivência” (reconduzido, apenas, aos EUA, Canadá, Reino Unido – ou o que dele restar –, Japão e Austrália), o que equivalerá a deixar-se de acreditar no futuro da Europa e do Continente Africano.

Quanto ao regresso às políticas protecionistas, importa reconhecer a emergência de movimentos populistas radicais em diversas regiões do Mundo, da Europa à América Latina, do Continente Africano a alguns países asiáticos.

Custa-me compreender como é que no Reino Unido, em França ou na Alemanha existem cidadãos inteligentes que consideram que os seus países passarão a ter uma maior capacidade negocial com os EUA, a China, a Índia, o

Japão ou mesmo com a própria Rússia sozinhos do que se estiverem inseridos num projecto global Europeu.

Uma visão fechada da realidade constituirá sempre um elevado risco para esses países e, sobretudo, para os interesses ocidentais, no seu conjunto.

Todavia, admitindo que as tendências protecionistas não se venham a verificar simultaneamente em vários “teatros”, que o mesmo é dizer, adoptando uma perspectiva optimista, sou dos que entendem que o cenário, ainda, mais provável é o quinto, a saber, o da criação de um novo sistema de poderes arquipelágico (isto é, multi-polar), com manutenção da hegemonia de um paradigma Ocidental, no que concerne a sistemas de valores e ao modelo político de organização das sociedades.

Se assim acontecer, o eixo euro-atlântico (i.e., o conjunto EUA-EU) continuará a apresentar-se da maior relevância, o mesmo sucedendo com o triângulo Europa – América – África, triângulo esse particularmente importante para o futuro do Ocidente, em geral, e de Portugal, em particular.

E daí resulta a relevância do Atlântico e, por conseguinte, do Mar e, portanto, a função estratégica e altamente patriótica a desempenhar pela Marinha portuguesa no futuro, tornando-se indispensável um amplo consenso nacional sobre esta matéria.

A necessidade de um novo consenso nacional radica, também, num novo conceito de Estado Providência, de acordo com o qual a segurança física dos cidadãos e a Segurança Comunitária devem ser colocadas ao mesmo nível que as preocupações com a Segurança Social, a Segurança na Saúde e a Segurança no acesso à Educação, não se memorizando a indispensável disponibilização dos meios adequados à consecução de uma adequada política de defesa nacional.

Sendo eu crente, entendo que é possível, com base na crença, chamar à razão (que está a meio caminho entre a fé e a crítica) todos aqueles que compreendam que a melhor forma de sermos úteis, que o mesmo é dizer, construtivos no presente é saber preparar o Futuro.

E para tal, como um bom comandante quando confrontado com uma intempérie num Oceano, temos que seguir o conselho de Fernando Pessoa, agindo como se Deus não existisse, embora pensando sempre que Deus existe.

Acreditemos, por conseguinte, na razão de ser de Portugal, no seu papel no Mundo, na relevância da Lusofonia e, meus amigos, tudo o resto virá por acréscimo.

Nem mais nem menos...